

REBES REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE



GVAAG - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS - POMBAL - PB
REVISÃO DE LITERATURA

O texto como portador da linguagem padrão e não padrão

José Rivamar de Andrade

Professor, graduado em Letras e especialista em Língua, Linguística e Literatura
pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP)
Email: rivamar_andrade@hotmail.com

Iluskhanny Gomes de Medeiros Nóbrega

Bacharela em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo e aluna do Curso de Especialização
em Assessoria de Comunicação, ministrado pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP)
Email: yluska.gmn@gmail.com

Resumo: A pesquisa versa sobre a construção de textos escritos e apresenta teorias que estão voltadas para as questões pertinentes ao estudo da coerência textual, com o intuito de proporcionar mecanismos na caracterização do texto e do discurso para que, mediante o entendimento do processo decorrente da interação humana com os textos, seja possível refletir sobre o uso do elemento coerência nos mais diferentes aspectos, seja ele pedagógico, lingüístico ou pragmático. Aborda a contribuição da lingüística textual para o surgimento ou estabelecimento dos fatores imprescindíveis e presentes nas construções da língua escrita.

Palavras-chave: Texto. Coerência. Linguística Textual. Língua Escrita.

Abstract: The research turns about the construction of written texts and it presents theories that are come back for the pertinent subjects to the study of the textual coherence with the intention from propitiating mechanisms in the characterization of the text and of the speech so that, meantime to the understanding of the process due to the human interaction with the texts, be possible to contemplate on the use of the element coherence in the most different aspects, be him pedagogic, linguistic or pragmatic. It also approaches the contribution of the textual linguistic for the appearance or establishment of the indispensable and present factors in the constructions of the written language.

Keywords: Text. Coherence. Textual Linguistic. Written Language.

1 Introdução

Vendo que os falantes associam o termo coerência à idéia de boa formação dos textos e à produção do interagir entre as pessoas por meio de um ato comunicativo, torna-se necessário exigir dos produtores o emprego da coerência em suas construções de textos escritos, principalmente, para que, associada aos mecanismos de coesão, obtenha-se um todo harmonioso onde o receptor possa compreender o sentido real da mensagem a ser transmitida.

Surge, muitas vezes, na cabeça das pessoas, a dúvida de como poderia ocorrer o processo da coerência em se tratando de textos que não fossem orais, qual seria a definição verdadeira da coerência e que características poderiam ser atribuídas na sua identificação. Há, em outro ponto, a concepção de interpretabilidade dos textos como sendo um conceito atual da coerência ao qual tange às transferências de significados das palavras utilizadas pelos usuários na troca comunicativa, ou seja, durante a realização dos discursos.

Mergulhando, então, na organização conceitual da semântica do texto, foi de precisão buscar, a partir de estudos mais detalhados, o conhecimento da importância da coerência na construção de sentidos gerados pelos produtores de textos. Levando em conta o uso da coerência, tentou-se descobrir quais elementos seriam os

principais contribuintes na sua atuação e fazer com que se destacasse a relação entre cada um. Buscou-se, também, questionar a existência de textos que soam incoerentemente para os indivíduos falantes que constroem os diversos textos na tentativa de descobrir alguns elementos responsáveis pela ausência de sentido em determinados momentos.

A pesquisa foi realizada objetivando-se compreender como ocorre o processo da coerência na construção de textos escritos; descrever os principais aspectos que definem e caracterizam a coerência; analisar os elementos que se relacionam na construção de texto, buscando-se, para isso, visões teóricas apresentadas pelos estudos de alguns lingüistas a respeito de coerência.

2 Revisão de Literatura

2.1 Texto e discurso

Em um sistema humano de linguagem, o fato de querer manifestar as idéias através de ações escritas ou faladas está associado ao desejo de poder transmitir uma mensagem a um determinado público leitor/ouvinte. Tal ato diz respeito à necessidade de que o ser humano tem de se comunicar com os outros. A própria sociedade, determinadas vezes, tem como pretensões comunicativas informar alguma coisa, seja para concordar ou discordar

e, outras vezes, procura aconselhar, explicar, convencer ou ordenar alguém a realizar alguma ação.

Os textos podem se adequar ao uso pessoal ou ao uso coletivo, por exemplo, a agenda e o diário são tipos de canal dos quais se fazem utilidades para se fixar informações íntimas e do cotidiano, indicando, assim, uma necessidade básica e pessoal. Mas, se fosse preciso expedir uma ata, um comunicado ou uma monografia, realizar-se-ia um ato coletivo.

Ao que diz respeito a texto, Koch *apud* Mussalim e Bentes (2001, p. 255) comenta:

Poder-se ia, assim, conceituar o texto como uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processo e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.

Nota-se, então, que o emissor mantém sempre uma relação comunicativa com o receptor da mensagem, embora esteja ausente deste em alguns momentos, por meio de uma manifestação verbal organizada por um conjunto de conteúdos lingüísticos. Esta organização segue um sistema de selecionamento e ordenação das idéias visando atuar no meio social humano.

Todo o conteúdo a ser repassado pelo organizador/construtor das idéias volta-se para os conhecimentos adquiridos na sociedade e para os conhecimentos acumulados pela cultura de uma determinada nação, de um determinado espaço geográfico. Tal construção verbal envolve maneiras de como impor, informar e interagir diante de outros apenas por intermédio de um conjunto de palavras representativas para o público leitor/ouvinte.

Diante desta interação entre emissor, receptor e texto, é necessária a presença de uma prática da linguagem, indispensável à comunicação humana, responsável pela contribuição de harmonia nos traços de informações. Esta função cabe ao discurso desempenhá-la durante a imposição ou informação de idéias e a interação entre os textos e os sujeitos falantes.

Discurso é o elemento que, na produção textual, cumpre as obrigações de comunicar, por meio de um canal, a mensagem enviada por um emissor diante da posse de informações codificadas graficamente em um texto onde este último carrega em si um referente. Este código deve ser reformulado na mente do receptor para que se possa absorver os significados contidos na superfície textual.

Realizar-se um discurso, portanto, é fazer com que o ser humano se comunique com outras pessoas com o objetivo de agir coletiva e ativamente no processo da linguagem social de uma determinada cultura.

Dentro da sua ampla abrangência, a análise do discurso apresenta um quadro bastante dividido do processo de desenvolvimento da linguagem e envolve pontos distintos na sua formação, tais como: sociedade e história, sistema e realização, subjetividade e objetividade, processo e produto. Associados a estes elementos estão, também, a identificação do sujeito, a argumentação utilizada pelo sujeito e a construção da realidade.

Reforça Orlandi (2002, p. 15) que “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de correr por, de movimento. Discurso é assim palavra em movimento: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”.

Assim, discurso não é um ato isolado, mas um canal que se utiliza de um emissor, um receptor, um código e um referente para se transmitir uma mensagem em determinada época.

Orlandi (2002, p. 71) afirma que D. Maingueneau (1984), retomando Foucault (1969), dirá que:

O discurso é uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas, diríamos enunciativo-discursivos. Dizer “discurso universitário” não é tanto enviar a um conjunto de textos efetivos mas a um conjunto virtual, a dos textos possíveis de serem produzidos conforme as coerções de uma formação discursiva.

Discurso, na verdade, é toda e qualquer dispersão pela qual passam os textos seguindo uma seqüência de manifestações da linguagem escrita. Essa dispersão, ou seja, essa divisão de funções que a produção textual exerce, através dos leitores/ouvintes ao longo do período de comunicação, segue normas enunciativas e discursivas de um determinado campo profissional ao qual se adequarão os seus falantes.

A sua variedade – do discurso – é a maneira que os indivíduos têm de manifestarem a sua opinião, de estabelecerem uma ordem ou informação perante o público para o qual vai discursar. Um exemplo disso são os textos universitários que apresentam um discurso rebuscado e de forma objetiva, acessível apenas aos sujeitos que possuem uma instrução condizente com a do produtor.

2.2 Coerência: os núcleos textuais

Aristóteles *apud* Citelli (1994, p. 26) foi um dos primeiros estudiosos da coerência macroestrutural a definir tal objeto de análise e a estabelecer fatores que a complementam. Tal observação ocorre na sua obra denominada de “Arte Retórica” onde se destacam quatro elementos principais apresentados a seguir.

O *Exórdio* é o elemento primeiro da composição da coerência. Ele é responsável pela iniciação de determinado assunto a ser exposto dentro do texto. Sua presença assegura a fidelidade da mensagem no momento da compreensão por parte do leitor/ouvinte, pois, é a partir dela, que se vai ter uma idéia do conteúdo a ser desenvolvido.

Posteriormente, há a existência da *Narração* que tem como papel importante apresentar os fatos que se encontram envolvidos no desenvolvimento da produção informativa do texto no momento de organizá-lo numa folha de papel. E associadas à *Narração* existem as *Provas*, onde o autor demonstra, por meio de comprovações, a idéia de que o texto foi encarregado de transmitir durante a troca de conhecimentos orientadores na notificação de um caso. A maneira pela qual aparecem essas *Provas* pode ser representada por números, tabelas, depoimentos e citações de um autor-exemplo.

Tanto a *Narração* como as *Provas*, juntas, originam uma nova estrutura que, atualmente, se resume no desenvolvimento. Mas, desenvolvimento no sentido de

carregar, em seu quadro corporal, as idéias coerentes assimiladas numa dada situação que venha despertar a atenção do leitor/ouvinte futuramente. Percebe-se, então, a existência de apenas um elemento que se formou pela associação de dois elementos integrantes parecidos.

Concluindo o quadro dos componentes participantes da construção da coerência, há a contribuição da *Peroração*. Ela é responsável pelos desfechos das idéias que encerram um caso. É por meio dela que o autor busca, como último recurso, persuadir o leitor / ouvinte de tal maneira que o segundo se comova com o fato descrito. A sua idéia é associada à conclusão, ao epílogo.

Por fim, a integração ativa e equilibrada desses quatro núcleos seria a forma de assegurar o mecanismo que rege a macroestrutura da coerência, conforme foi apresentada por Aristóteles.

2.3 Coerência e a sua relação com a coesão

Coesão e coerência não devem existir separadamente, pois uma depende da outra. A ligação que existe entre elas é direta e o desempenho de cada uma é estabelecido pela função da outra, ou seja, uma se estabelece a partir do que a outra oferece.

A coerência, no entanto, pode manifestar-se independente da construção da coesão, estabelecendo-se apenas pelo sentido lógico das idéias que circulam o texto. Por exemplo: **Paulo está doente. Paulo e os amigos jogaram bola na chuva.** Observa-se, então, que essas duas frases estão ligadas entre si, não por conectivos, mas apenas pelos significados produzidos entre elas. Como resultado, tem-se a idéia de que Paulo adoeceu e o motivo de sua doença foi o fato do mesmo ter jogado bola na chuva. As idéias aí contidas estão explícitas na mente do leitor/falante.

A coesão, contudo, pode não garantir a coerência, mas a mesma seria capaz de fazer com que a segunda se estabelecesse no contexto em que está inserida no momento. Ela é resultado de um pensamento lógico e racional traduzido graficamente na folha de papel por elementos conectores, encarregados de manter uma mesma linha de pensamento que o sujeito produtor visa comunicar aos demais grupos sociais.

Enfim, a coesão é responsável pela estrutura externa e a coerência pela estrutura interna do texto. Assim, tanto as palavras estão intimamente ligadas ao significado como o significado está relacionado às palavras.

2.4 Texto e não texto

Na tentativa de produzir um texto, nem sempre, o produtor está fazendo-o, isto é, por mais que ele coloque as idéias e pensamentos a serem expressos deve seguir um sistema de raciocínio. Para tal, deve haver idéias subsequentes, não contraditórias e repetitivas (retomadas por pronomes, substantivos e outras classes). Caso contrário, ter-se-á feito um não texto ou, apenas, um conjunto aleatório de idéias resultante de um processo construtivo não pensado. Determinada atividade não permitirá, certamente, que o receptor da mensagem consiga assimilá-la durante a leitura.

Quando é exigido que se escreva um texto sobre um assunto qualquer, é necessário pensar antes de fazê-lo. Sua produção cumpre um sistema de regras que objetivam contribuir na formação da coerência no momento da

transcrição de idéias.

A união de palavras realizadas pela ação humana não consiste apenas em colocá-las numa posição qualquer ou contradizê-las ao que foi dito antes, mas, sim, pô-las numa seqüência em que o sentido não seja alterado.

Para não haver falta de comunicação entre os indivíduos, o texto precisa de quatro elementos básicos para se estabelecer: repetição, progressão, não contradição e relação das palavras com o conteúdo.

Antes de ser redigido, o texto deverá ser pensado de forma a abordar um tema que esteja de acordo com aquele a quem vai se destinar a mensagem. Durante a redação, algumas idéias vão se repetir por necessidade do autor e, para evitar que a mesma palavra se repita variadas vezes, faz-se uso de elementos que facilitam na compreensão de todo um texto. Tais elementos podem ser um pronome, uma terminação verbal ou palavras e expressões de significados próximos.

Outro elemento essencial no texto é a progressão, pois as idéias que o norteiam precisam obedecer a uma seqüência lógica, e os acontecimentos e informações têm de estar em tal ordem que o leitor/ouvinte possa fazer uma interpretação de acordo com as pistas deixadas pelo texto. Além do mais, as informações não devem apresentar nenhum tipo de contradição: dizer algo e, mais adiante, acrescentar alguma coisa que não condiga com suas partes.

Portanto, a relação que o texto tem entre as repetições, progressões e não contradições facilita para que o texto seja mais que um texto, seja uma manifestação lingüística.

2.5 Linguística textual

A Linguística textual é uma corrente da Linguística moderna e que teve sua origem na década de 60, século XX. Ela desenvolveu estudos referentes à coesão textual e à coerência textual, na tentativa de fixar conceitos e distinguir os fenômenos relacionados a esses dois elementos.

A lingüística de texto foi gerada sobre três aspectos que a alicerçaram ao longo dos estudos voltados aos textos. São eles: a análise transfrástica, a gramática de texto e as teorias de texto.

A princípio, abordaram-se fenômenos sintático-semânticos presentes entre enunciados ou seqüências de enunciados, isto é, trabalhou-se a análise transfrástica; posteriormente, foram criadas as gramáticas textuais, responsáveis pela competência que os falantes possuem em constituir textos numa determinada língua, tendo por base o parafraseamento, o resumo, a intitulação e a produção como habilidades individuais.

Como último elemento complementar da lingüística textual, a teoria do texto penetrou-se no campo lingüístico, a partir de 1980, com o intuito de examinar o funcionamento, a constituição e a produção dos textos postos em prática. Beaugrande e Dressler *apud* Mussalim e Bentes (2001, p. 251) se destacaram como principais formadores dos elementos de textualidade, apresentados em 1981.

Na tentativa de detectar pontos afins às diversas correntes surgidas dentro da lingüística, Marcurchi *apud* Koch (2000, p. 14) apresenta uma definição, embora provisória, da lingüística textual regente nos estudos lingüísticos modernos.

Proponho que se veja a Lingüística do Texto, mesmo que provisória e genericamente, como o estudo das operações lingüísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais. Seu tema abrange a COESÃO SUPERFICIAL ao nível dos constituintes lingüísticos, A COERÊNCIA CONCEITUAL ao nível semântico e cognitivo e o sistema de pressuposições e implicações a nível pragmático da produção do sentido no plano das intenções e ações. Em suma, a Lingüística Textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado deve preservar a ORGANIZAÇÃO LINEAR que o tratamento estritamente lingüístico abordado no aspecto da coesão, e por outro, deve considerar a organização RETICULADA ou tentacular, não linear, portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas.

Sendo o texto uma unidade de sentido, na qual os elementos agem em relação aos seus componentes e em relação ao todo que o circunda, os significados produzidos por cada uma de suas partes vão ser despertados mentalmente nos indivíduos em função das realizações lingüísticas e cognitivas. A produção textual, a construção dos conhecimentos e idéias, o funcionamento e a recepção dos textos, escritos ou orais, emergirão em sua forma concreta a partir da atividade que é exercida pelo sujeito manipulador da linguagem.

Não importa que os textos estejam considerados como constituintes semânticos onde os enunciados comportem palavras ou frases isoladas, sujeitas a um contexto que, indisponível no momento da recepção dos textos escritos, só poderiam ser interpretadas em instâncias de produções orais dos textos. É preciso envolver níveis semânticos e cognitivos para que se constitua uma ordem qualitativa das produções textuais no sentido de que haja articulação das informações, continuidade e progressão das idéias e a não contradição de tudo o que foi fornecido pelos falantes/ouvintes. O sistema de pressuposições e implicações a nível pragmático da produção de sentido no plano das ações e intenções humanas se resumiria no quadro final dos níveis textuais responsáveis pela abordagem dos temas envolvidos nos atos de comunicação.

Haveria, então, dois elementos essenciais a serem fixados no meio da lingüística textual e que seriam apresentados posteriormente por Beaugrand e Dressler *apud* Mussalim e Bentes (2001, p. 251) no elenco dos fatores de textualidade. A coesão superficial e a coerência conceitual tornar-se-iam, assim, a base dos estudos lingüísticos oferecidos pelos tratamentos lingüísticos, semânticos e pragmáticos dos textos escritos.

A lingüística textual seria, em resumo, a associação do texto às práticas comunicativas humanas e a abordagem dos campos semânticos e lingüísticos inseridos nas funções pragmáticas durante a realização da coerência e tratamento da coesão.

2.6 Gramática textual e lingüística textual

A lingüística, na segunda metade da década de 60, século XX, abriu as portas para um novo objeto de estudo, o texto. Nessa concepção, tinha-se a idéia de elemento

lingüístico mais importante nos estudos da linguagem chamada de lingüística textual. Como a lingüística tinha um papel bastante dividido, surgiu, a partir dela, a gramática de texto.

A gramática de texto foi uma tentativa de criar uma nova gramática que atendesse às necessidades dos lingüistas daquela época, que era a carência de aprofundar o conhecimento a respeito do texto em sua forma estrutural.

Os lingüistas, com a criação da gramática de texto, queriam provar que o falante de uma determinada língua tinha capacidades textuais, ou seja, seriam capazes de resumir um texto, de parafraseá-lo através de um outro texto apresentado, de produzir um texto a partir de um título apenas e atribuir-lhe um título, na ausência de um.

Estas habilidades que possuíam os falantes da língua justificariam a formulação de uma gramática que entendesse as várias funções de um texto. Para isso, criaram-se as tarefas básicas da gramática textual. Podem-se citar as mais importantes competências textuais, segundo o que se vê em Fávero e Koch (2002, p. 14):

- verificar o que faz com que um texto seja um texto, isto é, determinar os seus princípios de constituição, os fatores responsáveis pela sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade (TEXT HAFTIGKEIT);
- levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma das características essenciais do texto;
- diferenciar as várias espécies de textos.

Estas três finalidades principais da gramática textual forneceriam a “melhor base para o estudo do discurso e da conversação em CONTEXTOS SOCIAIS INTERACIONAIS, e para o estudo dos tipos de discurso e usos de linguagem entre culturas” (op. cit., p.18) e que estariam relacionados à capacidade formativa, transformativa e qualificativa que cerca o homem e o texto.

A gramática de texto, com as competências textuais dos falantes/ouvintes, idealizados pelos lingüistas da época, não alcançou o sucesso que almejavam os estudiosos da lingüística textual, pois parecia para muitos um plano ambicioso.

Os lingüistas daquela época se baseavam em estudos realizados com frases de períodos simples, períodos com ausência de conectivos. A frase era o objeto de estudo e o modelo lingüístico da formação ou decifração de textos. Ela era fundamentada pela organização de palavras seqüenciadas e de pouca extensão.

A gramática de frase não atendia a uma análise mais aprofundada do texto e começou, então, a mostrar lacunas no tratamento de alguns mecanismos interfrásticos a exemplo da correferência, a pronominalização, a seleção de artigos (definidos ou indefinidos), a ordem das palavras no enunciado, a relação tema “tópico - rema” (KOCH, 2004, p. 3) e a concordância entre os tempos verbais, dentre outras, que sejam referentes a um contexto situacional.

Foi, então, que, no campo de estudo da linguagem humana, abandonou-se a idéia de que a frase norteava a comunicação entre os indivíduos e se adotaria a concepção de que o texto era a unidade lingüística de uso mais complexo entre o meio social. Ela merecia, dessa forma, destaque maior por parte dos lingüistas na década

de 60, compreendida entre a segunda metade de 60 aos meados de 70 (séc. XX).

A lingüística textual nasceu mediante essa necessidade de tomar o texto como um elemento de estudo muito importante e o que ele tinha bastante a oferecer, desde a sua produção até a sua compreensão, atingindo, assim, o interesse do público leitor da época.

Esse foi, enfim, um momento que despertou o interesse pelos estudos sobre o texto e mostrou qual seria o destaque que ele apresentaria na sua função de interação comunicativa. Como diria Marcushi (*apud* MUSSALIM e BENTES, 2001,p.252) a lingüística textual tratou-se de “uma disciplina de caráter multidisciplinar, dinâmica, funcional e processual, considerando a língua como não autônoma nem sob seu aspecto formal”.

2.6 Transferências de significados

Os textos estão intimamente ligados ao ato de expressão, evocação e conotação das idéias representadas por autores lingüísticos falantes de uma determinada língua. Estes elementos textuais ocorrem por meio de enunciados prontos e organizados capazes de fornecer ao receptor da produção textual uma associação de palavras, sons e significados. Tal ação proporciona a troca de conhecimentos entre os indivíduos participantes da prática comunicativa em contextos reconhecidos.

Como é perceptível que todo texto pretenda expressar algo de importante a alguém e que bastaria evocar os signos lingüísticos para apreender a mensagem que foi expressa numa folha de papel, num livro, numa revista, num jornal ou em aparelhos eletrônicos, de início, tais componentes seriam satisfatórios na formação interpretativa e transpositiva das formas lingüísticas.

Nos textos de gêneros literários, porém, não se utilizam as palavras apenas em seu sentido real, ou seja, do mesmo modo que é representada pelos dicionários da língua portuguesa, e demais idiomas, quer seja local ou nacional. Há, também, o uso conotativo dessas mesmas palavras que passam a ter uma nova atribuição ao seu significado.

A partir de então, os textos podem assumir funções metafóricas, isto é, passam a ser representadas por metáforas, um tipo de estilo de linguagem que atribui qualidades particulares de um objeto ou pessoa a um elemento comparado levado em consideração a partir de características comuns confirmáveis, como, por exemplo, **teu sorriso é uma aurora e tua voz uma canção**. Têm-se aí os pares sorriso-aurora e voz-canção que são objetos com características comuns confirmáveis diante dos olhos do produtor/receptor.

Algumas vezes, todavia, essas combinações metafóricas não se encontram explícitas dentro do texto, mas expostas de forma codificada e de maneira que o receptor da mensagem não pode apreendê-la pelo simples fato de não conseguir identificá-la. Por isso, faz-se necessário recorrer às transposições de significados contidas em palavras que possuem valores simbólicos momentâneos nas formas lingüísticas e que precisam ser recodificados levando em conta o contexto geral a ser calculado no texto.

Dillon *apud* Marques (2001, p. 155), em plano menos sistemático, diz:

Considera possível explicar processos metafóricos através de mecanismos de contextualização, descontextualização e recontextualização.

Aprendendo o significado de formas da língua ao encontrá-las em diferentes contextos; após essa apreensão contextual de seus sentidos, chegamos à sua definição geral, independentemente de contextos, atribuindo-lhes um significado básico conceitual. Normalmente voltamos a utilizá-los em contextos compatíveis com os seus componentes básicos de significado.

Reportando-se à autora, esclarecer os processos metafóricos exige a mediação de mecanismos que contextualizem os textos em seus discursos durante a comunicação interpessoal, a dizer, a concretização do emprego de metáforas depende do momento em que se atuam as trocas de informações. Além do mais, a descontextualização possibilita, ao lingüista, perceber os mecanismos que foram utilizados na comunicação realizada em outras situações discursivas. E, por fim, a recontextualização seria o elemento que permitiria adaptar os contextos, as informações e as ações comunicativas às novas reconstituições de significados das unidades simbólicas em novas seqüências discursivas.

Com a realização da contextualização, descontextualização e recontextualização, a definição geral de metaforização se tornaria mais concreta, mais compreensiva e mais usual, de tal forma que seu emprego seria resultado de contextos compatíveis com os componentes básicos de significado dessa formação de valores simbólicos, associativos ou evocativos das formas lingüísticas, a língua estaria associada às palavras portadoras de novas atribuições de significados.

Destaca, ainda, Marques (2001, p. 153) que “as transferências de significado seriam consideradas, portanto, em perspectiva contextual e analisadas tendo em vista a possibilidade de opções na escolha dos modos de expressão de sentidos em função de determinados objetivos comunicativos”.

A metonímia, a personificação, a catacrese, a comparação, o eufemismo, a gradação e a metáfora são alguns dos modelos de expressões de sentido que a língua oferece aos seus usuários. Elas constituem um quadro de opções disponíveis na prática comunicativa entre as pessoas, grupos sociais e campos profissionais.

E sabendo que os textos não estão passíveis das transferências de significados, pois os enunciados discursivos que os cercam têm por finalidade dizer alguma coisa, veicular significados que permitam a comunicação e possibilitar que os falantes interpretem o sentido global dos enunciados a serem pré-estabelecidos, faz-se necessário o estudo dessas formações metafóricas, metonímicas, comparativas, personificativas e outras expressões pertencentes ao mesmo conjunto.

As considerações e as análises dessas transposições deveriam ser apresentadas numa visão de base contextual e espelhar-se em objetivos comunicativos, contudo, tem-se atualmente um aprofundamento pouco superficial desses estudos e as características estruturais e lexicais são pouco exploradas pelos lingüistas, tanto no meio escolar (através de livros didáticos) quanto no mundo acadêmico inicial. O que existe, até então, é uma explanação rápida do conteúdo e uma imposição de conceitos resumidos e confusos.

2.7 Linguística do texto e coerência

Antes de apresentar a relação da lingüística textual

com a coerência, é cabível fazer algumas referências a respeito da teoria do texto com o intuito de esclarecer ao público leitor sobre esse ramo da lingüística textual.

Assim como o discurso difere da gramática de texto, por ser aquele uma relação da realidade com o texto na interação mundo, sujeito e texto, e esta o estudo das habilidades desenvolvidas pelos indivíduos durante o manuseio dos textos em seus diversos aspectos, isto é, da competência textual dos seres humanos, também, a teoria do texto possui a sua finalidade particular.

A teoria do texto foi criada pensando na proposta de se poder investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso. Estes elementos formariam um conjunto comunicativo da prática dos estudos textuais da língua em vigor, onde se buscaria compreender a capacidade dos lingüistas de esclarecer o verdadeiro mecanismo de estabelecimento de um contexto diante da comunicabilidade entre os parceiros de uma dada sociedade.

A teoria do texto trata de “uma tendência de substituir o sistema lingüístico (da linguagem) por uma [...] teoria da comunicação lingüística” (SCHIMIDT, 1978, p. 3) e com ela tinha-se a pretensão de introduzir um tratamento aos estudos dos textos, incluindo-os num contexto pragmático, ou seja, em um conjunto de condições propícias à atuação concreta das idéias expostas à produção, recepção e interpretação de textos.

No pensamento de Marcuschi (op. cit., p. 251) “a palavra de ordem não era mais a gramática de texto, mas a noção de textualidade”. O que norteava o texto, agora, eram os elementos responsáveis pelas características fundamentais de sua constituição, funcionamento, produção e compreensão.

Tais fatores de textualidade, a saber, eram: a coesividade, a aceitabilidade, a intencionalidade e a intertextualidade. Para isso, recorreu-se a teorias, tais como os atos de fala, a lógica das ações e a teoria lógico-matemática dos modelos para o estabelecimento pragmático dos textos comunicativos.

Em suma, confirma Schimidt (*apud* FÁVERO e KOCH, 2002 p. 15-16):

O ato de comunicação, como forma específica de interação social, torna-se o EXPLICANDUM da lingüística, de modo que a competência que constitui a base empírica da teoria de texto, deixa de ser a competência textual, passando a ser a COMPETENCIA COMUNICATIVA (capacidade de o falante empregar adequadamente a linguagem nas situações de comunicação).

A lingüística do texto foi uma preparação, no campo da lingüística, para o estabelecimento da coerência partindo das gramáticas textuais até o surgimento da teoria do texto. A partir desse momento, com as confirmações de que não existia o não texto, mas uma questão de dependência dos usuários (produtor e receptor) do texto e da situação, abandonou-se a boa formação das produções textuais e passou-se a valorizar coerência de texto como um “princípio de interpretabilidade”, Charolles (op. cit., p. 258), onde todos os textos já formados teriam, de início, uma aceitação por parte dos usuários.

Seriam aceitáveis todos os textos, antecipadamente, pois o processo de interpretabilidade dos mesmos, ao primeiro contato, dependeria da curiosidade de saber a informação que estava expressa no

canal de comunicação, surgida em determinado momento, proveniente do agente responsável pela interpretabilidade e esta seria, enfim, a consequência da aceitação do texto.

A recusa dos textos como sendo um ato incoerente ia depender da intenção do autor em querer chamar a atenção do receptor, ou compartilhar do conhecimento deste, pois “o texto será incoerente se seu produtor não souber adequá-lo à situação levando em conta a intenção comunicativa, objetivos, destinatário, regras socioculturais, outros elementos de situação, uso dos recursos lingüísticos etc.” (op. cit., 2001, p.258)

Além da interpretabilidade, a lingüística textual ofereceu, a partir das teorias de textos, a criação de outros elementos de textualidade que ajudariam no estabelecimento da coerência, seriam eles: situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade, aceitabilidade e coesão, abordados na seção seguinte.

Coube à lingüística textual, enfim, calcular “qual a parte e a natureza das determinações psicológicas, cognitivas, sócio-culturais, pragmáticas e lingüísticas que resultam dos diferentes meios que existem nas diferentes línguas, para exprimir a continuidade ou a seqüência do discurso” (CHAROLLES, *apud* KOCH e TRAVAGLIA, 1999, p. 58).

2.8 Coerência e ensino

As escolas brasileiras, diante da aplicação do ensino da língua portuguesa aos seus alunos dentro das salas de aula, apresentam um quadro de ensino bastante dividido e levam em conta somente a obrigação do professor em relação aos conteúdos a serem repassados, de imediato, ao corpo discente. Esse quadro é o lecionamento do ensino da gramática, do ensino da redação ou expressão escrita, do ensino da expressão oral, do ensino da leitura e do ensino vocabular, ou exploração do léxico.

Essa forma de ensino seria a base da metodologia escolar fundamentada à prática do professor ao longo do processo de desenvolvimento mental e cognitivo dos alunos. Através dele – o ensino – objetiva-se aprender as regras que regem a língua, construir a capacidade de o falante transcrever as suas idéias e pensamentos graficamente em um canal de comunicação (o papel), desenvolver a capacidade de se expressar através das palavras na oralidade, fazer com que os indivíduos possuam o hábito da leitura decodificando, facilmente, os signos lingüísticos representados nos textos escolares e, por último, explorar as estruturas das palavras, os seus significados e a sua função dentro das frases em determinado contexto. Tudo isso, com o intuito de enriquecer os conhecimentos pessoais e culturais do alunado.

Na realidade, portanto, o corpo docente detém-se apenas no ensino da gramática e no ensino da leitura na tentativa de estabelecer uma ligação entre os textos e os seus respectivos usuários diante o funcionamento da língua, tendo em vista uma perspectiva textual-interativa, ou melhor, o professor coloca para os alunos textos já prontos e pedem a eles que apreendam a realidade retirada das informações, contextualizando-a na sala. A metodologia do ensino da gramática faz com que o professor se prenda aos estudos das normas gramaticais, tendo como finalidade as tradições metodológicas por ele envolvidas.

Trabalhar apenas gramática e leitura é ter de trabalhar com formas abstratas, desconexas e repetitivas, pois para se lê é preciso possuir vocabulário, para se ter vocabulário é necessário o conhecimento das formas escritas e das formas orais e para se construir textos escritos ou orais recorre-se às normas da gramática. Assim procedendo, torna-se falho permitir ao professor que se faça o uso deste ensino e não daquele outro.

Não se trata de impor tal metodologia e aplicá-la nas escolas, mas fazer com que o professor, a partir destes ensinamentos, conscientize o aluno da necessidade de aperfeiçoar a capacidade que as pessoas têm de interagir pela língua entendendo que tem de ser capaz de comunicar-se com variedades lingüísticas e agir pelas regras de nossa sociedade e cultura, isto é, a norma culta considerada adequada a determinadas situações.

Os textos englobam tanto o ensino da redação (produção de textos escritos) quanto à expressão da oralidade (produção de textos orais), e isto determina a função do educador diante do processo de compreensão e produção de sentidos coerentes, porque é ele quem medeia esse trabalho. A sua prática no ensino da língua portuguesa deve considerar todos os fatores em jogo e perceber as habilidades cognitivas e semânticas envolvidas no momento das interpretações.

Koch e Travaglia (1999, p. 84) apontam, como principais objetivos da compreensão e produção de significados dos textos orais ou escritos, por parte do aluno, o seguinte:

- a) se ele conhece os recursos lingüísticos aí utilizados;
- b) se ele compartilha com o produtor o conhecimento de mundo que este põe em ação;
- c) se ele tem informações suficientes sobre a situação e seus componentes (inclusive os usuários e sua relação);
- d) se o texto em questão não exige conhecimento prévio de outros textos a que ele remete intertextualmente.

Não só esses objetivos como os elementos de textualidade devem agir no processo de construção da coerência, mas também têm de existir o conhecimento, o cuidado e o discernimento no uso de qualquer subsídio lingüístico, já que a expressão escrita ou oral, na sua construção e apreensão, objetiva realizar uma intenção comunicativa eficiente.

É notável que os professores, embora sejam usuários das descobertas da lingüística textual, ainda, consideram a existência de não textos somente porque não apresentam elementos coesivos na constituição da superfície textual. Isso, muitas vezes, torna-se um erro grave para o próprio corpo docente da língua portuguesa, porque o seu alunado vai se inibir em meio a tantas idéias e prender-se a um conjunto variado de normas.

Sabendo da relação que a coesão tem com a coerência, é visível que a coerência se estabelece por meio da coesão e garante-se sem auxílio dos conectivos. Desta maneira, não é cabível trabalhar conceitos como “certo” ou “errado”, “texto” ou “não texto” a ponto de se cometerem faltas constantes a respeito das correções textuais. É propícia a atitude de ilustrar a importância de atividades em que o aluno perceba como podem ser feitas as vinculações das mesmas idéias expressas nas frases de formas diferentes.

Koch e Travaglia (1999, p. 86) afirmam que o professor deverá valer-se de alguns empregos para a preparação de formas conectivas. São elas:

- a) recursos de conexão variados, tais como o uso da coordenação, dos pronomes relativos (formando orações adjetivas), o uso de conectores temporais, causais, finais, o uso de orações reduzidas no lugar de orações desenvolvidas introduzidas por conectivos;
- b) emprego de pró – formas pronominais (ela, seu) e da elipse;
- c) emprego de formas diferentes de dar atributo dos seres: adjetivos (bonito) e orações adjetivas (que é bonito), adjunto adnominais (seu cachorrinho branco) e predicativos.

Pensando nesses empregos, Koch e Travaglia (1999, p. 86) destacam:

Toda essa discussão entre diferenças de formas e sentidos serve pra conscientizar o aluno que o trabalho de produção de um texto é um trabalho de escolha e utilização dos recursos lingüísticos que permitam melhor viabilizar a intenção comunicativa que se tem, face a fatores textuais, ideacionais e interpessoais. Tal consciência servirá também para torná-lo mais eficiente no trabalho de compreensão de textos, já que, para usar uma metáfora, os dois processos praticamente representam o mesmo caminho percorrido em sentido contrário.

Por fim, Koch e Travaglia (1999, p. 88) concluem que:

O que se está querendo é que fique bem claro o cuidado que temos de ter ao agir buscando utilizar certos conceitos. Assim tendo em vista o conceito de “boa” formação de texto aqui proposto: a) só se pode ver a avaliação de textos de alunos como uma fase do processo de sua produção, nunca como seu ponto final; b) só se pode avaliar a qualidade e adequação de um texto quando ficam muito claras as regras do “jogo” de sua produção. Temos que ser seguros e claros em nosso procedimento de solicitação ao aluno para que produza um texto, inserindo-o em contextos “reais” de interação comunicativa, para que nossos critérios de avaliação tenham alguma validade; caso contrário, o que fica mesmo é só uma espécie de desonestidade nossa para com o aluno, seja ela intencional ou não.

Na medida em que o professor solicita ao aluno a construção de um texto, o próprio educador deve tomar medidas claras e objetivas no momento da produção textual, pois não se trata de trabalhar a boa-formação, mas a qualidade das idéias expostas pelos alunos na sala de aula. Por se tratar de uma fase do processo que ocorre na interação dos sujeitos da produção da escrita e da própria linguagem humana, os textos não devem sofrer avaliações severas enquanto não forem explicadas as regras de “jogo” referentes às redações escolares.

O próprio docente deve agir com honestidade, de tal modo, que a intenção por ele usada não afete a criatividade do aluno e, ao mesmo tempo, faça com que o

discente desenvolva a capacidade de criar novas idéias e expô-las de forma clara, objetiva e dinâmica. Sendo assim, é preciso estabelecer contextos “reais” de interação comunicativa que permitam a realização dos textos escritos.

É preciso que o professor repense o seu papel como formador de seres críticos capazes de construir os próprios pensamentos, as próprias opiniões ou utilizarem, a partir da língua escrita, os signos lingüísticos e avaliarem a coerência, refletindo-se em metodologias que facilitem o processo de fazer “correção” das redações escolares. Deve, também, fazer uso das estruturas coesivas e deter-se onde for necessária a intervenção de elementos que envolvam a coerência.

2.9 A construção do texto escrito

É observável que os textos, em sua forma escrita, revelam-se mediante a capacidade de os falantes poderem produzir enunciados lingüísticos coerentes, explícitos e claros. A leitura desses enunciados dependerá da posição do leitor em relação às suas idéias, da disposição das informações que o autor da linguagem pode fornecer ao seu correspondente e, a mais essencial de todas, da organização de suas partes informantes a serem apresentadas de forma crescente, não contraditória e interativa durante o desenvolvimento do texto.

Fazer as leituras de um texto é fazer com que alguém interprete ou compreenda de modo claro aquele que se expressou por meio das palavras. Assim, como a leitura e a escrita interligam-se, pois ambas não são autônomas, a interpretação e a compreensão das idéias apontam para a necessidade de se aprender o significado das palavras envolvidas na construção textual e o estabelecimento prévio do conhecimento individual do emissor.

Cada texto possui uma organização diferente e propósitos já definidos. Não é cabível ao autor fazer um texto e não colocar as idéias e pensamentos em ordem, ou seja, seguindo uma ordem lógica, pois a essencialidade da progressão textual se faz presente no texto devido a essa carência que o leitor/ouvinte possui de fazer com que o conteúdo seja apresentado de forma fácil, dinâmica e agradável.

Os problemas de compreensão ou interpretação das produções textuais podem implicar na incapacidade dos falantes de se comunicarem, possibilitando que os elementos lingüísticos por eles usados não garantam a unidade de sentido harmonicamente formada pelas partes do texto. Por isso, este não deve apresentar um conjunto de enunciados repetitivos, cuja falta de seqüência cause prejuízo na transposição dos significados da mensagem dirigida aos sujeitos falantes do mesmo idioma.

A repetição interna das idéias que o texto carrega entre si possibilitaria somente a inclusão de desgastados lugares comuns, do emprego excessivo de clichês, da ausência de reflexões sobre o problema abordado pelo produtor do texto e da ausência de reflexão ou esclarecimento sobre as afirmações feitas. A freqüência desses elementos na prática dos textos escritos impediria que o leitor conseguisse penetrar além das declarações superficiais e pouco significativas do texto.

A condição de o receptor poder interpretar o problema ou as informações feitas a respeito do assunto não deve restringir-se à suficiência de dados ou à apresentação imprevisível das idéias. O que justifica a existência do texto é o ponto de vista semântico-

cognitivo, que o fundamenta em meio a sua construção verbal.

Veja-se o exemplo, citado em Fiorin e Savioli (1997, p. 406), na obra *Crise na linguagem: redação no vestibular*, de Maria Thereza Fraga Rocco (1981): “Estou começando a me sentir vazia, pálida, desesperançosa e oca. O vazio me invade e sinto um tremendo vazio dentro de mim”.

Nota-se que o termo “vazio” se repete quatro vezes, para se expressar a mesma idéia, embora um deles esteja representado pelo termo “oco”. Tal elemento deveria ser suprido das orações acima, aparecendo apenas uma vez na oração em que se encontra. Para tal, deveria recorrer-se a um período longo e composto, resumindo, desse modo, os períodos simples do exemplo dado. Poderia ser reconstruída dessa forma: “Estou começando a me sentir vazia, pálida e desesperançosa, pois estas sensações me invadiram as sinto dentro de mim”.

Nessa segunda frase, fez-se o uso de conjunções para se ligarem as idéias semelhantes a fim de que se estabelecessem pensamentos organizados, claros e dinâmicos capazes de facilitar na compreensão da mensagem.

Num texto, cada segmento que acontece tem o dever de acrescentar sempre um dado novo ao que foi expresso anteriormente e, ao menos, que o autor apresente a necessidade de utilizar a repetição como um meio de expressão particular dentro da arte literária, mas essas repetições, em outras instâncias, desqualificam o texto, tornando-o uma construção empobrecida.

A progressão textual seria, portanto, o segmento que acrescenta informações novas aos enunciados anteriores quando ocorrem no momento da produção de textos. Seu objetivo é estabelecer harmonia entre as partes que compõem o texto, garantindo, por fim, a unidade de sentido do tema arrolado pelas informações de uma mensagem onde as pessoas pretendem comunicar-se com seus semelhantes.

2.10 A coerência e o texto

No que se refere ao estudo da coerência e ao seu relacionamento com o texto, torna-se reconhecível a carência, que os sujeitos possuem diante de alguns questionamentos que surgem a respeito desses dois elementos lingüísticos e, a necessidade de poder esclarecer algumas dúvidas referentes ao texto e a coerência. Tais fatores fazem com que se questionem sobre essa coerência, por exemplo, qual é a contribuição da coerência para a constituição e existência de um texto? Há seqüências lingüísticas que possibilitam a existência de textos incoerentes? A principal característica do texto é representada pelo uso constante da coerência? Ou para diferentes tipos de textos que aparecem em uso é preciso, também, diferentes tipos de coerência?

Sendo o texto uma unidade de sentido global representada a partir de um conjunto de idéias que se interligam mediante a utilização das palavras, a constituição textual encarregada de dar um formato final ao seu conteúdo carrega em si mesma a dependência de um elemento que estabeleça a seqüência lingüística desenvolvida pelos falantes da língua portuguesa.

Cabe à coerência, nesse sentido, dar uma consistência à textualidade envolvida nos enunciados lingüísticos a ponto de desempenhar relações sintático-gramaticais ou semântico-pragmáticas entre os elementos da organização textual (morfemas, palavras, expressões,

frases, parágrafos ou capítulos) para que os indivíduos consigam perceber o produto final de suas produções textuais. Sendo assim, pode-se afirmar que a coerência dá origem à textura ou textualidade, contribuindo, então, para a existência do texto. Embora a coerência seja estabelecida através da coesão, e a coesão não garanta, em sua menor parte, a construção da coerência, é somente a coerência que faz com que o texto apresente uma textura na superfície interna.

Assim, torna-se necessário ratificar que a presença de não textos pode ser vista como textos que dependem da interpretação das pessoas e da continuidade de sentidos das seqüências lingüísticas, a coerência dependerá, segundo Bermárdez *apud* Koch e Travaglia, 1999, p. 47-48), de determinados casos que sustentam o processo de criação de um texto coerente. São eles:

- a) se o produtor do texto tem uma intenção comunicativa;
- b) se o produtor do texto desenvolve um plano global que lhe possibilite conseguir que seu texto cumpra sua intenção comunicativa;
- c) se o produtor do texto realiza as operações necessárias para expressar verbalmente o plano global de maneira que, através das estruturas superficiais, o receptor seja capaz de reconstituir ou identificar a intenção comunicativa.

Baseando-se em Bernárdez, foi possível ver que a intenção comunicativa, o plano global e as operações verbais do texto têm uma ligação direta com a manipulação da linguagem por parte dos falantes e para que o texto se mantenha de forma coerente, clara e dinâmica é preciso levar em conta o que o sujeito pretende fazer no texto e do texto. Além disso, foi possível notar que “mesmo fatores normalmente definidores de coerência podem ser violados sem, necessariamente, criar incoerência, dependendo da situação, dos usuários (produtor e receptor) do texto, da intenção comunicativa de normas sociais, etc.” (KOCH; TRAVAGLIA, 1999, p. 48). Um exemplo claro é: “Você me empresta seu livro de Guimarães Rosa? Hoje eu comi um chocolate que é uma delícia!”

Se se levar em conta, por exemplo, a intenção do produtor de revelar um pedido (você me empresta seu livro?), seguida de uma recusa por parte do ouvinte/leitor (Hoje eu comi um chocolate que é uma delícia!) ter-se-á como resultado a produção de um texto coerente apesar de não ser ligada pela coesão, mas sim por frases separadas que começaram a fazer algum sentido para os usuários da língua.

Mas, por outro lado Koch e Travaglia (1999, p. 50):

É evidente que a capacidade de cálculo do sentido pelo receptor é fundamental. Pode acontecer que, mesmo o texto sendo bem estruturado, com todas as pistas necessárias ao cálculo do sentido, um receptor pode, a nível individual, não ser capaz de determinar-lhe o sentido por limitações próprias (não domínio do léxico e/ou estruturas, desconhecimento do assunto, etc). Neste caso, não dirá, sobretudo considerando o produtor, que o texto é incoerente, provavelmente seu comentário será: “não consegui entender esse texto”. (...) o mau uso de elementos lingüísticos e estruturais cria incoerência a nível local.

Sabendo-se que os indivíduos não possuem o mesmo vocabulário, a nível local ou regional, a coerência como elemento principal mediador do texto e participante direto com a coesão caracteriza a essência do texto dependendo do lugar, dos usuários, da intenção comunicativa, das operações argumentativas e do processo cognitivo realizados durante a interação sujeito, texto e conhecimento.

Se houve enunciados que não fizeram algum sentido para um dos falantes, certamente, aconteceu pela falta de informações completas que pudessem proporcionar a formação de mensagens coerentes e adequadas àquele momento da comunicação. O que se ouvirá claramente é que o ouvinte/leitor não entendeu o que foi expresso demonstrando, assim, não haver o compartilhamento dos conhecimentos ou inferências das informações. A conseqüência dessa interpretação seria a não assimilação dos elementos lingüísticos (significante e significado) que participam do ato comunicativo.

Somando os fatores de situação ao conhecimento de mundo, ao conhecimento lingüístico, aos fatores de contextualização, às informatividades, à focalização, à intertextualidade, à intencionalidade e à aceitabilidade formam-se unidades facilitadoras do processo que coloca um conjunto de textos e usuários num relacionamento mútuo ou isolado de uma dada situação. Tal processo consiste em caracterizar a coerência não como um elemento de boa formação do texto, mas como um mecanismo de interpretabilidade do mesmo.

Diante dessa concepção, a coerência não pode ser tomada como espécies diferentes para cada texto, ou seja, para um tipo de texto diferente a coerência terá que assumir características diferentes. O que existe, na verdade, são diferentes tipos de textos que “apresentam diferentes modos, meios e processos de manifestação da coerência na superfície lingüística” (KOCH; TRAVAGLIA, 1999, p. 51).

A construção da coerência é decorrente de uma multiplicidade de fatores apresentados sob as mais diversas ordens: lingüísticas, discursivas, cognitivas, culturais e interacionais.

Tecendo alusões sobre os elementos lingüísticos, é cabível, aqui, apresentar elementos que ajudam na manifestação da coerência.

O conhecimento de mundo é a base que fundamenta as informações, pois é por meio do contato com o mundo em que vivemos, que o ser humano adquire experiências pessoais, sendo assim, a concretização das suas ações e sentimentos por meio dos sentidos, fazendo com que os indivíduos tenham, de forma armazenada, estes conhecimentos na memória, para que estejam disponíveis ao seu uso diário. Sua divisão acontece por meio de blocos de conhecimentos denominados de modelos cognitivos (frases, esquemas, planos, scripts e superestruturas ou esquemas textuais).

Relacionado ao conhecimento de mundo está o conhecimento partilhado, que é a realização da comunicação entre produtores e receptores de textos através dos conhecimentos comuns existentes entre os usuários da língua. Trata-se de mostrar as informações “velhas” e acrescentar, a elas, “novas”.

O autor/falante procura, às vezes, estabelecer, no texto, conhecimentos de mundo que o leitor/ouvinte precisará compreender e interpretar a relação de elementos do texto que estão inseridos de forma não explícita. Nessa tentativa de atingir os níveis de

implicitude, por parte do receptor, objetivando conseguir compreender o que está submerso no texto quando se ouve ou lê, recorre-se às inferências, precisamente ao preenchimento das lacunas deixadas no texto a partir das pistas existentes (datas, locais, mapas, elementos gráficos...), proporcionando, aos usuários, um melhor situamento do texto, como também, a situacionalidade do contexto sócio-político-cultural em que a interação humana está inserida e a informatividade, cujo grau de antecipação da informação, contida no texto, ajuda na explicitude do assunto em questão.

Outro ponto, que deve ser considerado, é a focalização dos usuários no conhecimento do mundo textual, advinda da intertextualidade que abrange o diálogo entre os textos, recorrendo-se às pistas captadas pelos falantes/ouvintes.

Por fim, a intencionalidade ou modo como os emissores usam os textos na obtenção de efeitos desejados, a consistência ou não contradição dos enunciados do texto, a mundos semelhantes ou diferentes, e a relevância dos enunciados ou interpretação da mesma linha de pensamento fecham o quadro que fornece condições para instituir a coerência na constituição dos textos orais ou escritos.

3 Considerações Finais

Todo ser age por meio da comunicação e somente a linguagem humana é capaz de oferecer aos seus usuários elementos que possibilitam a interação entre sujeitos, textos e realidade social. Seja de forma escrita ou oral, as pessoas precisam se expressar por meio das palavras, na tentativa de estabelecerem uma relação entre elas mesmas. Sendo assim, o texto é um elemento constante na vida dos usuários, pois é por meio dele que acontece a comunicação.

O texto, porém, não funciona de forma isolada de tal modo que os enunciados, por si sós, consigam estabelecer harmonia entre as informações fazendo com que cada parte integrante do texto seja interpretada de forma coerente, clara e dinâmica. A coerência aliada à situação, ao contexto, à intertextualidade, ao conhecimento de mundo e ao conhecimento partilhado, mediante a intenção e aceitação dos interlocutores em transmitirem a mensagem, faz do texto mais do que uma seqüência de palavras, faz dele uma unidade global de sentido.

Ao que tange à prática da coerência nas escolas, o que se percebe é a busca de trabalhar produções textuais de forma que o ensino da língua portuguesa se limita em visualizar conceitos resumidos e cobrar dos alunos o que não foi explorado a fundo na sala de aula.

Cabe ao mediador da comunicação, portanto, procurar novas metodologias que atendam às necessidades de melhor esclarecimento em relação ao emprego da coerência textual, tentando evitar cometer erros constantes na hora da correção de redações escolares. Só assim, o discente terá uma visão mais ampliada do que seja a coerência.

Nesse sentido, é que se procurou, a todo instante, buscar informações teórico-bibliográficas que fundamentassem este trabalho, recorrendo-se a algumas fontes de pesquisa para que se tivessem requisitos parciais do estudo que diz respeito à coerência, objetivando-se, apenas, levar os indivíduos, que se utilizam da língua, seja para a comunicação diária, seja para o ensino escolar, a refletirem sobre tal elemento de textualidade.

Espera-se que esta pesquisa torne-se uma contribuição para aqueles que dela fizerem uso como fonte de conhecimento e/ou esclarecimento sobre o assunto tratado neste trabalho e que, a partir dela, surjam outros estudos objetivado a análise e aprofundamento do elemento coerência em âmbito lingüístico, cultural, cognitivo e pragmático.

4 Referências

CITELLI, Adilson. **O texto argumentativo**. São Paulo: Scipione, 1994.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. V. **Linguística textual**: introdução. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto**: leitura e redação. 2.ed. São Paulo: Ática, 1997.

KOCH, Ingedore G. V. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **A coesão textual**. 13.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, Ingedore G. V.; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **A coerência textual**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

MARQUES, Maria Helena Duarte. **Iniciação à gramática**. 5.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 4.ed. Campinas: Pontes, 2002.

SCHIMIDT, Sieglriend J. **Linguística e teoria de texto**: os problemas de uma lingüística voltada para a comunicação. Trad. Ernst F. Schiermann. São Paulo: Pioneira, 1978.

SOBRINHO, Alvisto Skeff. **O prazer de escrever**: atividades para a produção de linguagem escrita. Fortaleza: Geração 2000, 1993.